

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: análise da estruturação da Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas na Universidade Federal de Viçosa

Ana Letícia Santos Costa¹, Railane Sangir Santos², Máira Felix
Gonçalves³, Paula Assunção De Souza⁴, Mariana Costa Carvalho⁵

Resumo: A partir da consideração da necessidade de ampliação da oferta dos serviços para a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior público, este artigo realiza análise dos serviços ofertados pela Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas na Universidade Federal de Viçosa/MG. Como resultantes principais, apontamos que a UPI representa um espaço importante de viabilização da garantia de permanência de estudantes com deficiência na universidade, entretanto, os serviços ofertados e a efetivação da legislação da educação inclusiva são atravessados por desafios diversos, causados, em especial, pela limitação de recursos orçamentários.

Palavras-chave: Ensino Superior; Política Pública de Educação; Educação Inclusiva; Acesso; Permanência.

ABSTRACT

Based on the consideration of the need to expand the offer of services for the permanence of students with disabilities in public higher education, this article analyzes the services offered by the Interdisciplinary Unit of Inclusive Policies at the Federal University of Viçosa/MG. As main results, we point out that the UPI represents an important space for ensuring the permanence of students with disabilities at the university, however, the services offered and the implementation of the inclusive education legislation are crossed by several challenges, caused, in particular, by the limited budget resources.

Keywords: University education; Public Education Policy; Inclusive Education; Access; Permanence.

1 INTRODUÇÃO

Ainda que a partir dos anos 1980 as legislações brasileiras tenham promovido a expansão dos direitos à educação, reconhecendo-a como sendo direito de todos, o

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa; ana.costa6@ufv.br

² Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa; Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica; railane.santos@ufv.br

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa; maira.goncalves@ufv.br

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa; paula.assuncao@ufv.br

⁵ Doutora em Serviço Social e docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa; marianaccarvalho@ufv.br

acesso e permanência no ensino superior continua atravessado por uma série de limitações e contradições. Estas limitações ganham especial relevância se considerarmos a particularidade do estudante com deficiência.

Elementos como os desmontes do fundo público, focalização das políticas sociais, cofinanciamento, endividamento público e disputas por projetos distintos de educação, vão de encontro à perspectiva de um sistema educacional de caráter universal, público e inclusivo. Nesse contexto, a implementação de ações previstas nas legislações que garantem o acesso e a permanência do estudante com deficiência no ensino superior, é atravessado por limitações diversas.

Este artigo tem o objetivo de conhecer os serviços ofertados por instituição pública de ensino superior para a permanência de estudantes com deficiência. E, nessa direção, realizou análise bibliográfica e documental, dos serviços ofertados pela Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI), da Universidade Federal de Viçosa (UFV) destacando, também, as particularidades da educação na sociabilidade capitalista e resgatando os marcos legais principais no âmbito da educação inclusiva. A análise aponta para a pertinência dos serviços ofertados pela UPI/UFV para a busca de uma educação inclusiva de qualidade e que, os desafios enfrentados, de ordem estrutural, de capacitação e de baixa produção científica acerca do tema, se apresentam como resultantes da insuficiência de investimentos financeiros.

Destacamos que as ações para a educação inclusiva têm demonstrado sua relevância para a permanência de estudantes no ensino superior, contribuindo para a inclusão nas atividades acadêmicas, desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e fortalecimento da autonomia. Entretanto, há necessidade de ampliação das possibilidades de permanência do estudante com deficiência no ensino superior a partir da ampliação dos serviços ofertados que, por sua vez, dependem de aumento de investimento público.

2 A EDUCAÇÃO NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

As décadas de 1980 a 1990 foram paradigmáticas e paradoxais nos encaminhamentos de uma nova configuração para o cenário político, econômico e

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

social brasileiro (COUTO, 2010, p.139). Esse período foi marcado por intensas reformas, direcionadas à ampliação da democracia a partir da transição dos governos militares para os governos civis e, também, de toda a organização política e jurídica. Foi um período em que esteve presente a disputa de projetos distintos de sociedade. Com a Constituição Federal de 1988 houve a expansão e ratificação dos direitos à educação, reconhecendo-a como necessária e direito de todos os cidadãos. No entanto, o acesso e permanência dos indivíduos no ensino superior continua como promessa não efetivada, pois toda e qualquer conquista é um processo inacabado, envolvendo interesses complexos e contraditórios. Em esfera mundial, progressivamente, o neoliberalismo se fortaleceu e, nesse sentido, na conjuntura brasileira a dinâmica de produção e reprodução do capital intensifica ainda mais a desigualdade e a exclusão nas distintas camadas sociais. Fortalece as diretrizes pautadas no mérito, na competitividade e há a redução na função e atribuições do Estado em favor do mercado (FALEIROS, 2004).

Na esteira da mundialização do capital, o cidadão, sujeito de direitos, passou a ser contribuinte e cliente no acesso às políticas sociais. E a educação tornou-se pauta no cenário político-ideológico, e o Estado, responsável constitucionalmente por essa vertente básica, constantemente em consonância com os ideários neoliberais, impôs à educação propostas de metas e resultados inadequados à realidade brasileira.

Sendo assim, o processo educativo, é marcado por um contexto de disputa mercadológica. A educação tornou-se um método de moralização e qualificação para o mercado, tendo como base o individualismo, o lucro e a competição. Nesse contexto, como destacado por Florestan (2020) os efeitos mais diretos do sistema capitalista se mantém nas múltiplas reproduções econômicas, sociais e políticas do país.

As considerações do contexto neoliberal, sem proximidade com a democracia, bem como os desmontes do fundo público e a mobilização da classe trabalhadora, valida o debate de tentativa de retirada do Estado do campo social e público. Esse percurso acentua, progressivamente, políticas sociais focalizadas, cofinanciamento e

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

endividamento público. Nessa perspectiva, é fundamental fortalecer a compreensão de que o sistema educacional brasileiro precisa ser adequado para garantir o seu caráter universal, integral, público e de acesso gratuito para a população, a fim de superar os desafios impostos e garantir uma educação libertadora com práticas e valores que fortalecem o enraizamento coletivo, o sentido de pertencimento, produção de justiça, denúncia de injustiças e diálogo com os multi e variados saberes.

O desfinanciamento da política de educação agravado com essa derrocada, deteriora acentuadamente a autonomia, os recursos e a infraestrutura. A partidarização e a permeabilidade de interferências políticas, reforça a burocratização, a persistência do conservadorismo tradicional, e a restrita interlocução com a sociedade. Embora contemporaneamente retorna-se uma conjuntura recessiva e restrita, com a educação cada vez mais focalizada, classista e reprodutora de maiores desigualdades sociais.

Na contemporaneidade o intenso processo de mudança no quadro social, desencadeia a descontinuidade e precariedade como tendências de contra hegemonia nos processos de democratização e inclusão educacional que haviam sido construídos nos últimos anos, principalmente, pela descomunal defensiva dos segmentos em prol da redução da presença do Estado na condução das políticas sociais. É relevante citar que o campo da educação é um dos mais expressivos no conjunto das lutas brasileiras, com uma trajetória de avanços e recuos, cercada pela mobilização social e embate entre iniciativas e interesses privatistas. Após a instituição da Constituição Federal de 1988 permanece a existência de uma população sem acesso a direitos. Destacar essas particularidades da educação na realidade brasileira é fundamental para nos aproximarmos do debate das possibilidades de acesso e permanência no ensino superior brasileiro. Nesse campo, este artigo se preocupa com a realidade dos estudantes com deficiência e, para tanto, recorreremos ao debate da política de educação inclusiva. É o que segue.

3 RESGATE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROMOÇÃO



APOIO

Ao tratar da Educação Inclusiva no ensino superior, Santana (2018, p.4) traça sua trajetória a partir das primeiras concepções sobre educação de pessoas com deficiência. Retrata, primeiramente, a vigência de um sistema no qual, através de uma explicação teológica, se garante o abandono de pessoas com deficiência. Já no século XX, surgem os ideais de educação para todos – nos Estados Unidos e na França – que fundamentam a determinação do potencial de inteligência de crianças classificando-as quanto às capacidades teleológicas e intelectuais. Na década de 1970, os fatores utilizados para explicar índices de desnutrição, problemas neurológicos, entre outros, foram largamente difundidos e fundamentais para a criação do Rótulo de Disfunção Cerebral Mínima, isto é, para crianças que apresentavam sintomas acentuados. Ainda que permeados de preconceitos e visões deturpadas, os diagnósticos apresentados aos pais e familiares, assimilados e legitimados perante à sociedade, foram fundamentais para o início das propostas de Educação Inclusiva (SANTANA, 2018).

Nesse sentido, privilegiava-se o ensino como modo de intervenção nas capacidades desenvolvidas e, também, no próprio aprendizado. É através dessa perspectiva que se percebe a importância da democratização do acesso ao ensino às pessoas com deficiência, uma vez que compete às condições de integração na sociedade no que se refere ao desenvolvimento de metodologias de ensino.

Ao trazer a Educação Inclusiva no Brasil, nota-se que no século XVII já existiam instituições especializadas na área de deficiências físicas, vinculada à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e ao Império de D. Pedro II com o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no entanto, como iniciativa no campo educacional o desenvolvimento se posta quase no mínimo. Somente após a década de 1930 que se iniciou processos efetivos de educação de pessoas com deficiência com a inserção de escolas públicas que prestavam algum tipo de atendimento surgindo, assim, em 1954, a primeira Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) oferecendo atendimento educacional especializado (SANTANA, 2018).

Foi somente em 1961 que este debate foi incorporado na Lei, nº 4024/61, que trata da Educação Especial. No entanto, essas medidas que visam assegurar a inserção e educação de qualidade de pessoas com deficiência acabaram por reforçar um estigma capacitista sobre a possibilidade de aprendizagem dos alunos

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

com deficiência. Ainda que o Governo oferecesse recurso para a estruturação de espaços, não havia investimentos efetivos na formação de profissionais qualificados, na Lei nº 5.692/71, dispensa-se as atividades práticas de todo aluno que fosse diagnosticado com algum tipo de deficiência evidenciando o despreparo dos profissionais (SANTANA, 2018).

Já na década de 1970, a Secretaria Estadual de Educação (SEED) se reestrutura e passa a contar com o Departamento de Educação Especial (DEE) que conta com Serviços de Educação e apoio à profissionalização para o desenvolvimento de atividades voltadas para a prevenção, identificação, avaliação e atendimento educacional. Em 1977, se desenvolveu a Política de Educação Especial, sob orientação do Ministério da Educação (MEC) que, além da determinação de classes e escolas especiais, assume o “ensino dos alunos com necessidades especiais, até então, considerados especiais, deficientes” (SANTANA, 2018). Por sua vez, a Constituição de 1988 trouxe em seu Art. 203 mudanças significativas na educação de pessoas com deficiência, uma vez que passa a ser prevista como competência da União, Estado e Municípios no qual compete a “Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 1988).

A partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, é aprovada declaração que diz respeito aos portadores de deficiência, afirmando o direito ao acesso à educação e à integração à sociedade independente da deficiência. Através da repercussão internacional dos direitos das pessoas com deficiência, em 1994 é elaborada a Declaração de Salamanca que prevê a orientação e organização do Governos para a efetividade de suas práticas referentes à educação inclusiva. Atenta-se, também, para as condições que possibilitam a efetivação das políticas de educação inclusiva e, portanto, sua aplicabilidade em diversos contextos (SANTANA, 2018).

Nesse sentido, através de uma perspectiva política, a Declaração de Salamanca traz à tona os conflitos nos quais atravessam a educação básica, principalmente, no que tange à distribuição de recursos e a reempregoção dos recursos já existentes. No Brasil, em 1996, se normatiza a Nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), a Lei nº 9.394/96, que determina garantias para o

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

desenvolvimento da oferta de educação de qualidade para todos e, também, para a capacitação de profissionais na área. Já no início do século XXI, aprova-se a Lei nº 10.172/01 em 2001, que dispõe sobre a redução das desigualdades sociais e educacionais no acesso à permanência do estudante no ensino superior. Evidencia-se, portanto, um caráter gradativo na constituição de políticas de inclusão na educação (SANTANA, 2018).

Ao traçar a trajetória da política de inclusão da educação, no que se refere ao acesso ao ensino superior, são enfatizados alguns marcos legais importantes para sua efetivação. Em 2004, o Decreto nº 5.296/2004 ratifica as leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas e critérios para o atendimento prioritário de pessoas com deficiência. Em seu Art. 24, determina que os estabelecimentos de ensino deverão proporcionar condições para o acesso do estudante à instituição. Já o Decreto nº 5.773/2006, diz sobre a regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior no sistema federal de ensino. Em 2008, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), define-se a Educação Especial como transversal a todos os níveis e dispõe de recursos e serviços para o atendimento educacional especializado. Esse acesso, portanto, pressupõe a adoção de medidas que visam garantir as condições de acesso e permanência no ensino superior. Ainda, o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, e o de nº 7.611/2011, que dispõe do atendimento especializado – visando eliminar as barreiras físicas, de comunicação e informação – contribuindo assim para o aumento gradativo do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior (SECADI; SESU, 2013, p. 7-8). Ainda em relação ao acesso no ensino superior, o Programa Incluir se destaca ao propor acessibilidade às pessoas com deficiência em instituições federais a partir da consolidação de núcleos e a implementação de políticas de inclusão (ATIQUE, ZAHIR, 2016).

Nesse sentido, compreende-se que para a continuidade e funcionamento de programas e políticas é necessário que o Estado se mobilize para garantir os recursos possíveis para sua efetivação. Nota-se que, apesar de um direito fundamental, a educação para pessoas com deficiência é demarcada por conflitos de interesses que se apresentam de forma sistemática através da viabilização de

PROMOÇÃO



APOIO



recursos escassos e a ausência de investimento em estruturas necessárias para seu desenvolvimento. Ainda que inserida nessa contradição, a política de educação inclusiva se apresenta como um avanço na forma de compreender a sociedade e, também, de trazer à tona sua importância para assegurar o acesso de pessoas com deficiência na educação superior.

Após traçar uma síntese do resgate histórico da política de educação inclusiva no Brasil, será apresentada a estruturação da Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI) na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

4 A ESTRUTURAÇÃO DA UNIDADE INTERDISCIPLINAR DE POLÍTICAS INCLUSIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

A Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI) da Universidade Federal de Viçosa, é criada em agosto de 2014, a partir da Resolução nº 2 de 15 de fevereiro de 2022, do Conselho Universitário (Consu) da UFV, abarcando os três campi (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba), e possuindo sede no campus Viçosa (MG). Em Florestal (MG) e Rio Paranaíba (MG), há, respectivamente, um Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) e uma Subcomissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (SAI).

O Decreto nº 7.611, de 2011, constitui o amparo legal da criação da UPI na UFV, prevendo em seu Art. 5º que as Unidades/Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior devem visar a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011). Sendo assim, é a partir da aprovação do Decreto nº 7.611/2011 que se inicia as ações de viabilização e garantia de acesso e permanência de estudantes com deficiência e/ou com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs) no ensino superior brasileiro.

Com o objetivo de garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a UPI atende estudantes da UFV que apresentam NEEs, em razão de deficiência e/ou de transtornos que possam gerar consequências significativas para o processo de aprendizagem. Busca apoiar e orientar a comunidade universitária acerca do processo de acessibilidade, inclusão e permanência destes estudantes, propondo

ações para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação.

Para serem atendidos e acompanhados pela UPI, os estudantes devem apresentar à Secretaria Geral de Graduação o laudo médico e/ou psicológico que comprove sua condição, o formulário de AEE e seu histórico escolar. A Secretaria envia o processo para a UPI, que analisa os documentos e realiza o contato com os coordenadores de curso e docentes. A partir da abertura do processo, serão oferecidos os recursos disponíveis para o estudante conforme suas especificidades (UFV, 2020).

Portanto, a UPI atende os estudantes com deficiência e/ou NEEs, conforme suas demandas são apresentadas, selecionando os recursos pedagógicos mais adequados para cada estudante podendo, assim, ser oferecido atendimento mais pontual como, por exemplo, aplicação de provas com dilação de tempo e espaço reservado para estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Ou, pode realizar acompanhamento sistemático e individualizado, como as monitorias para estudantes com deficiência intelectual.

Os serviços oferecidos pela UPI na UFV são: Laboratório de Acessibilidade, Monitoria Inclusiva; apoio e orientação educacional; aplicação de provas com dilação de tempo e local reservado; salas de estudo, tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras). O Laboratório de Acessibilidade dispõe de equipamentos com tecnologias assistivas, materiais didáticos e impressoras adaptados, dispositivos móveis e computadores adaptados com softwares desenvolvidos para a educação inclusiva (UFV, 2020).

Compete à UPI na UFV orientar e oferecer suporte aos docentes e discentes bolsistas quanto aos recursos pedagógicos e metodologias de ensino-aprendizagem e, também, realizar e promover espaços formativos sobre a educação inclusiva, acessibilidade e inclusão social para a comunidade acadêmica (CONSU UFV, 2022).

A UPI na UFV é vinculada à Diretoria de Programas Especiais (DIP) da Pró-Reitoria de Ensino (PRE), apoiada por recursos financeiros provenientes do Programa Incluir, que são gerenciados pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO) (PDI, 2018). O Programa Incluir foi criado em 2005 e implementado até 2011 e, de acordo com o Portal Gov.br, “objetiva promover o

desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas instituições federais de educação superior para garantir o pleno acesso de pessoas com deficiência” (MEC, s.d).

Nessa direção, as Instituições Federais de Educação Superior (IFES), que apresentaram propostas em consonância com objetivo do Programa Incluir, foram selecionadas para serem custeada pelo MEC, assim recebem fomento para: criação, consolidação e/ou reestruturação de seus núcleos/unidades de acessibilidade, com a finalidade de eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos de tecnologia assistiva e materiais didáticos e pedagógicos.

Desde a criação da UPI na UFV em 2014 até o ano de 2022, observa-se um número crescente de estudantes sendo atendidos e acompanhados pela UPI. Em 2014 totalizava 12 estudantes atendidos, realizando um comparativo, o ano de 2022 encerrou com 193 estudantes atendidos pela UPI na UFV. A equipe atual da UPI conta com 1 coordenadora, 6 servidores (técnico-administrativos), 3 bolsistas, 6 intérpretes e tradutores de Libras, 30 monitores e docentes colaboradores (UFV, 2020).

Desta forma, ainda que os dados quantitativos do ano de 2023 estão sendo levantados, é possível concluir que estudantes com deficiência e/ou NEEs estão acessando cada vez mais a universidade e procurando pelos serviços oferecidos pela UPI, tendo em vista a conquista histórica de políticas de educação inclusiva no ensino superior. Logo, a UPI representa um espaço importante que viabiliza a garantia de permanência destes estudantes na universidade, mas há também, perante a realidade, muitos desafios que se colocam e que serão tratados a seguir.

5 DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Observa-se, a partir dos dados já citados, o aumento constante na demanda de atendimento aos estudantes com deficiência pela UPI na UFV, com perspectiva de progressão desse aumento para os próximos anos pois, há de se considerar, que o Decreto nº 7.611 é muito recente, datando de 2011. Cabe ressaltar que, para além do acesso do estudante com deficiência no ensino superior, é necessário garantir

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ações de permanência deste estudante até a conclusão da sua formação, visando que esta seja uma experiência inclusiva, de qualidade e que permita o desenvolvimento profissional e humano com autonomia.

No que diz respeito aos desafios de ordem financeira, é notável o esvaziamento dos investimentos financeiros públicos na política pública educacional, expresso em baixa oferta de bolsas de monitoria, bem como, nas limitações da UPI em atender a totalidade das demandas apresentadas em relação aos recursos humanos e técnicos, sendo eles: quadro profissional reduzido, ausência de determinados equipamentos especializados, acesso à internet instável, e questões estruturais no atendimento individual, tanto para o monitor, quanto para o estudante acompanhado (CARVALHO *et al*, 2022, p. 10).

Ainda em relação aos desafios ligados à escassez de recursos orçamentários, de acordo com Carvalho, *et al* (2002, p. 11), é inegável que os últimos anos foram marcados pelos constantes cortes financeiros na educação a nível nacional. Essa situação resultou na limitação da assistência, atendimento e acompanhamento dos estudantes com deficiência que demandam atendimento, o que tem rebatimento sobre a redução de bolsas para os monitores do Programa Monitoria Inclusiva e, também, sobre a possibilidade de permanência dos estudantes, atualmente, acompanhados e atendidos. Tal panorama se mostrou preocupante, visto que a monitoria inclusiva é uma construção entre monitores, docentes, profissionais da UPI, gestores públicos e os estudantes acompanhados e atendidos, que depende dos investimentos públicos para efetivar o serviço.

Atualmente, com o anúncio do investimento na educação, espera-se que os agravamentos na precarização da assistência, trazidos pelos subseqüentes cortes em educação sejam contornados, rebatendo positivamente na política de educação inclusiva. Entretanto, urge que todos se mantenham cientes de que essa política precisa avançar, sendo necessário pensar e planejar mais investimentos para além daqueles contingenciados nos últimos anos. As condições materiais de acompanhamento, atualmente, já necessitam de melhorias estruturais e, com o panorama de progressão dos próximos anos, será necessário um investimento maior para atender ao estudante com qualidade.

PROMOÇÃO



Além dessa problemática que se expressa no cotidiano de forma notável, há também a pouca produção científica que aborde o tema inclusão no ensino superior. Neste sentido “[...] as produções sobre o tema da educação inclusiva no ensino superior, são tênues, comparadas à complexidade da questão, principalmente no que concerne à prática inclusiva em si, diante das normatizações e legislações governamentais.” (OLIVEIRA *et al*, 2016, p. 312).

Portanto, não há produções significativas, com o agravante de que a produção existente ainda se concentra no âmbito da saúde. Isso sugere uma visão ainda ligada à patologização. Ademais, essa baixa produção científica acaba por colaborar com a invisibilização da temática, e conseqüente também da invisibilização do estudante. Desta forma, não há uma quebra com a relegação histórica destes a margens da sociedade. Por isso, urge que o tema seja cada vez mais publicizado, uma vez que essa ação tem o potencial de quebrar os estigmas que há anos são fomentados, de forma que:

[...] os prejuízos do desconhecimento se refletem dentro das unidades universitárias ao longo do país e do mundo, [...] o que culmina na violação do direito de ser diferente e ao mesmo tempo, de se ter direito igualitário de acesso a inúmeras experiências dentro do universo que se reproduz nas universidades (OLIVEIRA *et al*, 2016, p. 312).

Outro desafio significativo é a ausência de capacitação para os envolvidos, em especial, docentes e técnicos. Ocorre que ela é indispensável para a aquisição do conhecimento sobre o que é a inclusão e como promovê-la. Isso porque, de acordo com MORAGAS (2022), a inclusão prioriza reconhecer e valorizar a diversidade a partir de medidas de acesso, enquanto a integração apenas insere o sujeito em sociedade.

A UPI na UFV, possibilita amplo diálogo com os envolvidos e atualiza as coordenações dos cursos sobre as demandas apresentadas pelos estudantes com deficiência. Porém, este serviço não abarca a capacitação necessária o que, a nosso ver, possui relação com os recursos insuficientes disponibilizados para a educação pública em nosso país, que reflete em equipes reduzidas, poucas bolsas com valores residuais e a dificuldade para a mobilização e oferta de capacitação para a totalidade dos envolvidos.

Sendo assim, a capacitação deve ser amplamente oferecida visando conscientizar sobre a diferença nas duas práticas, para que todos os envolvidos possam atuar no viés da inclusão, beneficiando o estudante no que diz respeito ao incentivo a sua autonomia e acesso ao atendimento que respeite as especificidades de cada um. Atualmente, apenas os monitores recebem uma capacitação interna na UPI, sendo necessário pensar formas de expandir para os demais sujeitos envolvidos.

Por fim, a educação inclusiva de qualidade é essencial na vida do próprio estudante e tem desdobramentos positivos para a sociedade como um todo. Portanto, enfrentar os desafios diários é o ponto mais difícil e também o ponto de partida para a permanência do estudante com deficiência no ensino superior. Vale salientar que essa é uma responsabilidade do Estado, mas também da sociedade. Na superação desses desafios está a possibilidade de caminhar para uma sociedade, verdadeiramente, inclusiva, mais igualitária e com potencial de transformação na vida dos indivíduos.

6 CONCLUSÃO

Este artigo buscou refletir sobre o acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior público, realizando resgate histórico da política de inclusão no Brasil, e levando em consideração o embate com os interesses econômicos que se estendem à educação como um todo. Desta forma, foram ressaltados os desafios relacionados ao acesso e a permanência, realizando, como recorte de análise, a Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas da Universidade Federal de Viçosa (UPI/UFV). O texto não objetiva esgotar a discussão, mas, apresentar as maiores dificuldades enfrentadas para a efetivação da política de educação inclusiva no ensino superior e, também, busca dar visibilidade ao fato da temática ser pouco abordada nas produções científicas.

O resgate realizado evidencia como a política de inclusão é marcada por desafios e estigmas, desde as primeiras iniciativas até o momento, em que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) estabelece a inclusão como transversal a todos os níveis de educação, garantindo acesso não apenas no ensino básico, mas também ao Ensino Superior. Logo, os

avanços no que tange o acesso são inegáveis, contudo, concordamos que não basta apenas acessar a universidade, é necessário permanecer nela. Para tanto, é imperativo assegurar políticas efetivas visando a garantia da permanência do estudante com deficiência no Ensino Superior. E que este estudante, como sujeito de direito, não seja apenas integrado ou mesmo segregado dentro do sistema de educação e, sim, incluído, no sentido de ter suas necessidades específicas, devidamente, atendidas para que possa desenvolver sua autonomia tendo a vivência de uma experiência de formação que garanta condições dignas e equitativas.

Neste sentido, reconhecemos que, nos últimos anos, a UPI vem sendo uma aliada fundamental na luta pela garantia da permanência e no acesso à educação pública. Entretanto, a Unidade ainda possui muitas limitações que as impedem de eliminar as várias barreiras de natureza atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, sendo todas resultantes da insuficiência de investimentos. Por esta razão, consideramos que a escassez de recursos orçamentários se apresenta como o maior desafio à permanência do estudante com deficiência no Ensino Superior, uma vez que é a causa dos demais desafios. Isso porque são necessários investimentos para combater a precariedade na estrutura de atendimento, para investir em um quadro de profissionais qualificados a partir da expansão do acesso à capacitação, bem como para aumentar o número de bolsas de monitoria a um contingente que possibilite atender a demanda progressivamente crescente de alunos.

7 REFERÊNCIAS

ATIQUE, M.; ZAHER, H. (2016). **Educação inclusiva no ensino superior: políticas públicas e acesso às pessoas portadoras de deficiência**. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04/05/2023.

BRASIL. Portal Gov.br: Ministério da Educação (MEC). **Programa Incluir**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>> . Acesso em: 04/05/2023.



CARVALHO, Mariana *et al.* **Metodologias aplicadas na monitoria inclusiva para o fortalecimento do processo ensino-aprendizagem no ensino superior.** Universidade Federal de Viçosa - MG, 2022.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** - 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, V. P. **A Reforma do Estado no período FHC e as propostas do governo Lula.** INESC, p. 35 –55, 2004.

FLORESTAN, Fernandes. **Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente. In: A revolução burguesa no brasil: ensaio de interpretação sociológica** - Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

MORAGAS, Vicente Junqueira. **Inclusão ou interação? Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios,** 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/inclusao-ou-integracao>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Ronaldo *et al.* **A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, Abr.-Jun., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/p8wByDpCFKDtSL3SQDMTQWn/?lang=pt>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

SANTANA, Adriana Silva Andrade. Educação inclusiva no Brasil: trajetória e impasses na legislação. **Monografia apresentada ao curso de Pedagogia. Universidade Federal de Santa Catarina–UFSC, Florianópolis/SC,** p. 58, 2018.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. **Unidade Interdisciplinar de Políticas Inclusivas (UPI) 2020.** Disponível em: <<https://upi.ufv.br/>>. Acesso em: 04/05/2023.

UFV. Universidade Federal de Viçosa. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).** 2018-2023. Disponível em: <<https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE2.pdf>>. Acesso em: 04/05/2023.

UFV. Ministério da Educação: Universidade Federal de Viçosa. **Resolução nº 2 de 15 de fevereiro de 2022 do Conselho Universitário (Consu).** Disponível em: <<https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Consu-n%C2%BA-2-2022-Regimento-UPI.pdf>>. Acesso em: 04/05/2023.